

IVO WAISBERG
MARCOS ROLIM FERNANDEZ FONTES
(coordenação)

CONTRATOS BANCÁRIOS

Editora Quartier Latin do Brasil

São Paulo, inverno de 2006

CATALOGAÇÃO NA FONTE

FONTES, Marcos Rolim Fernandes & WAISBERG, Ivo (coord.) -
Contratos Bancários - São Paulo : Quartier Latin, 2006.

1. Contratos 2. Direito I. Título

SUMÁRIO

Apresentação	13
--------------	----

I. Teoria Geral dos Contratos Bancários

JAIRO SADDI

A Natureza Econômica do Contrato Bancário, 21

A visão legalista do contrato bancário	22
A visão econômica do contrato bancário	25
Incentivos econômicos ao contrato	31
Custos de transação	32
Recuperação de créditos no Brasil	34
Conclusão	34

ARNOLDO WALD

IVO WAISBERG

Legislação, Jurisprudência e Contratos Bancários, 37

I. Introdução	38
II. O Crédito	38
III. O contrato bancário	43
IV. Contrato Bancário e Poder Judiciário	46
IV.1 Os juros e a Emenda nº 40	48
IV.2 Contrato de Abertura de Crédito e Cédula de Crédito Bancário	49
V. O Futuro da Revisão Judicial - a análise empírica da abusividade	52
VI. Conclusão	54

ADALBERTO SIMÃO FILHO

Sistema Interpretativo da Rede Conexional de Contratos em Ambiente de Sociedade Informacional, 57

1. Introdução temática	58
2. Sociedade da Informação e pós-modernidade como ambiente dos negócios jurídicos conexos	59

3. Alcance da expressão contratos bancários	60
4. Noção e classificação da rede de contratos	61
5. Tentativa classificatória da rede conexional de contratos	66
6. A Sociedade da Informação como ambiente propício para a criação de negócios jurídicos bancários em rede de contratos	70
7. Sistema interpretativo da rede de contratos	74
8. Conclusão	80

JEAN PAUL C. VEIGA DA ROCHA

Regulação econômica e controle de preços nos contratos bancários: o que ficou da Lei da Usura?, 83

1. Introdução	84
2. Poder constituinte e gestão macroeconômica da sociedade complexa: o caso do limite constitucional dos juros	88
3. Ainda o fantasma da Lei da Usura: o ADCT 25 e a tese do vácuo regulatório	95
4. Perspectivas para o regime jurídico dos contratos bancários	99

2. Contratos em Espécie

ALEXANDRE HENRIQUE GRAZIANO

ANDRÉ CARVALHO NOGUEIRA

A operação de vendedor, 107

I. Introdução	108
II. Características gerais	109
III. A estrutura contratual do vendedor	110
IV. Classificação do negócio jurídico de vendedor	116
V. Modalidades do vendedor	123
VI. Aspectos tributários da operação de vendedor	128
VII. O vendedor e a "concordata" rural	130

CARLOS HENRIQUE ABRÃO

Cofres de Segurança, 135

1. A significação do tema	136
2. Do contrato e sua natureza	137
3. Características e obrigações das partes	139
4. Código Civil e Relação de Consumo	141
5. Responsabilidade do Banco e o Dano	143

6. Extensão do Dano e o Seguro	145
7. Abertura do Cofre e Sigilo Fiscal	147
8. Execução Singular e Falência	149
9. Recusa de Contratar e Consequências	151
10. Extinção do Contrato	153

CESAR AMENDOLARA

Alienação fiduciária como instrumento de fomento à concessão de crédito, 155

1. Introdução	156
2. Características Gerais	159
2.1. Alienação Fiduciária como Modificadora de Direitos Reais	161
2.2. Alienação Fiduciária como Contrato de Natureza Acessória	163
2.3. Extinção da Alienação Fiduciária	165
3. Evolução Legislativa e o Objeto da Alienação Fiduciária	166
3.1. Lei nº 4.728/65 e Decreto-Lei nº 911/69	167
3.2. Lei 9.514/97 - Alienação Fiduciária de Bens Imóveis	169
3.3. Lei nº 10.406/02 - Novo Código Civil Brasileiro	172
3.4. Lei nº 10.931/04	174
4. O Exercício da Garantia Fiduciária pelo Credor	176
5. Equiparação do Devedor Fiduciante ao Depositário	180
6. Alienação Fiduciária e a Nova Lei de Falência	185
7. Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito	187
7.1. A eficácia da Lei nº 10.931/04	192

GLAUBER MORENO TALAVERA

Aspectos Elementares do Hedging, 195

Primeiras Linhas sobre o Hedging	196
O Mercado de Derivativos	200
O Hedging Dentro do Mercado de Derivativos	201
As Opções	202
O Swap	203
Nota Conclusiva	205

MARCELA DE MELLO PEDREIRO

Alguns Aspectos da Alienação Fiduciária em Contratos Bancários e a Nova Lei de Falências, 207

A Nova Lei de Falências	208
Recuperação Judicial	209

Recuperação Extrajudicial	211
Falência	213
Alienação Fiduciária em Garantia	216
Posse e Propriedade	216
Alienação Fiduciária de Coisa Fungível dentro do Mercado Financeiro e de Capitais e Cessão Fiduciária de Direitos sobre Bens Móveis e Cessão Fiduciária pela Lei 11.076/2004	221
Alienação Fiduciária de Bem Imóvel e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios decorrentes de Contratos de Alienação Fiduciária de Imóveis	224
Alienação Fiduciária de Coisa Móvel Infungível	227
Considerações Finais	228

**CAMILLO SICHERLE
ROBERTO P. GERMANOS
ANITA PISSOLITO**

MORVAN MEIRELLES COSTA JÚNIOR

O Impacto de Recentes Mudanças na Regulamentação Brasileira sobre o "Custo Brasil" nas Operações de Recebimento Antecipado de Exportação de Produtos Agrícolas Brasileiros, 229

Introdução	230
O Recebimento Antecipado de Exportação	231
Mudanças Recentes e "Custo Brasil"	233
O Novo Código Civil	233
Alienação Fiduciária (Propriedade Fiduciária)	235
Onerosidade Excessiva	237
Nota sobre Arbitragem	238
Certificados de Depósito e Warrants Agropecuários	240
Nova Lei de Falências	244
Conclusão	244

RUBENS CARMO ELIAS FILHO

O Sistema de Financiamento Imobiliário e o Patrimônio de Afetação, para a retomada do mercado imobiliário, 247

1. Introdução	248
2. Sistema Financeiro da Habitação (SFH)	249
2.1 Finalidade	250
2.2 Integrantes	250
2.3 As fontes de recursos	252
2.4 Programas de Financiamento	253
2.5 Correção Monetária nos Contratos Imobiliários	253

Localização: 347.734(81)

C764b

Código de barras: STJ00065830

2.6 Contratos padronizados e garantias	255
2.7 Execução judicial e extrajudicial	256
3. Sistema de Financiamento Imobiliário	257
3.1 Condições das operações do SFI	260
3.2 Da securitização dos créditos imobiliários	262
3.3 A alienação fiduciária de coisa imóvel	264
4. Cédulas de Crédito instituídas pela Lei 10.931/04	267
5. A lei do incontroverso	268
6. O patrimônio de afetação - segregação patrimonial	269
7. A Súmula 308, do STJ	272
8. Inovações da Lei 11.196/05	274
Conclusão	275

VALDIR CARLOS PEREIRA FILHO **Cédula de Crédito Bancário, 279**

1. Gênese da Cédula de Crédito Bancário (CCB): origem, antecedentes e justificativa	280
2. A concessão de financiamento com base em cédulas	283
3. A caracterização da CCB como título de crédito	285
4. O emissor e o beneficiário da CCB	287
5. Planilha de cálculo e extratos de conta corrente: elementos da CCB	288
6. Conteúdo da CCB	291
6.1. Elementos essenciais	291
6.2. Elementos dispositivos	291
6.3. Tratamento dos juros na CCB	292
6.4. As garantias da CCB	293
7. Do registro da CCB	296
8. Da transferência da CCB: endosso e cessão	297
9. Da aplicação das normas cambiais e do Código Civil à CCB e suas consequências	299
10. Do Certificado de Cédula de Crédito Bancário	300
11. A CCB e a desmaterialização	303
12. Outros aspectos relevantes	305

3. Temas Controvertidos —Atualidades

OTAVIO YAZBEK

O risco de crédito e os novos instrumentos financeiros — uma análise funcional, 309

1. Introdução	310
2. O risco de crédito e a sua centralidade na praxe bancária contemporânea	311
2.1. Definição	311
2.2. O risco de crédito na regulação financeira	313
2.3. Evolução recente da regulação financeira no Brasil	318
3. Os instrumentos negociais de administração do risco de crédito	320
3.1. A cessão de créditos	320
3.2. A securitização de recebíveis	323
3.3. Os Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDCs)	324
3.4. As Cédulas de Crédito Bancário (CCBs)	326
3.5. As operações ativas vinculadas	328
3.6. Os derivativos de crédito	329
3.7. Os acordos de compensação	331
4. Observações finais	335

DEMÓCRITO REINALDO FILHO

Da Ação de Revisão de Contrato Bancário -algumas questões processuais, 339

1. Considerações iniciais	340
2. Impossibilidade da cumulação de pedidos de declaração de nulidade de cláusulas com o de acerto econômico do contrato	342
3. Obrigatoriedade de juntada do contrato com a inicial e indicação dos fundamentos de nulidade das cláusulas	344
4. Incabível tutela antecipada (ou qualquer forma de provimento liminar no bojo da ação revisional) para compelir o banco a juntar contrato	346
5. O simples ajuizamento de ação revisional não autoriza a retirada do nome do autor de banco de dados de proteção ao crédito	348
6. Ação de revisão não impede liminar na busca e apreensão	351
7. Valor da causa na ação revisional	357
8. Impossibilidade de revisão de contratos anteriores no âmbito dos embargos do devedor	360
9. Ajuizamento de ação revisional não suspende execução	363
10. Conexão da ação de revisão de contrato bancário com os embargos à execução	368
11. Conexão entre execução, ajuizada perante a Justiça Comum, e ação ordinária de revisão do contrato habitacional, junto à Justiça Federal	370
12. Conclusões	375

Localização: 347.734(81)

C764b

Código de barras: STJ00065830

**ERNESTO ANTUNES DE CARVALHO Contratos Bancários e a Nova
Lei de Falências, 379**

1. Introdução	380
2. Breves considerações, sobre a Nova Lei de Falências	381
3. Doutrina	385
4. Primeiros impactos no Judiciário	388
5. Os contratos bancários e a Nova Lei de Falências	389
5.1. Aplicação da Lei 11.101/05 aos bancos	389
5.2. Contratos bancários	391
5.3. Contrato de abertura de crédito em conta-corrente	392
5.4. Operações bancárias anteriores à recuperação judicial	393
5.5. O Adiantamento de Contrato de Câmbio	393
5.6. Crédito em moeda estrangeira ...	394
5.7. Acordo para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do SFN	394
5.8. A conta-corrente do falido	395
6. As garantias bancárias e a sua classificação	395
6.1. Recuperação Judicial	395
6.2. Recuperação extrajudicial	396
6.3. Falência	397
7. Conclusão	397

**LÉO ROSENBAUM
Quebra de Sigilo nos Contratos Bancários, 401**

1. Introdução	402
2. Origem do Sigilo Bancário	402
3. Natureza Jurídica do Sigilo Bancário	406
4. Sigilo Bancário no Direito Pátrio	408
4.1. Da Previsão Constitucional	409
4.2. Da contraposição entre o interesse público e privado sobre o sigilo bancário à luz da Constituição Federal	411
4.3. Do Sigilo Bancário no Direito Comparado	415
4.4. Legislação Infraconstitucional	417
4.5. A "Quebra" do Sigilo Nos Contratos Bancários	420
5. Da Conclusão	426

**MARCELO BENACCHIO
Responsabilidade Civil do Banco por Concessão Abusiva de
Crédito, 429**

1. Considerações iniciais	430
---------------------------	-----

2. Aspectos gerais e delimitação do problema em exame	433
3. A concessão de crédito pelo Banco como uma atividade de risco	435
4. Disciplina jurídica da responsabilidade civil do banco por concessão abusiva de crédito - o art. 927, p. único, do Código Civil	438
5. A caracterização do financiamento abusivo	440
6. Os terceiros credores e a responsabilidade civil do banco	447
7. A responsabilidade civil do banco perante o financiado	450
8. Financiamento para reestruturação econômica da empresa financiada	452
9. Proposições conclusivas	454

SILVÂNIO COVAS

O Título de Crédito Eletrônico e a Cédula de Crédito Bancário, 459

1. Introdução	460
2. Os princípios gerais do direito cambiário	461
3. Os títulos de crédito na sociedade da informação	461
3.1. O Código Civil Brasileiro e os princípios do direito cambiário	462
3.2. Comércio eletrônico - Delineamento jurídico	466
3.3. Certificação digital e documento eletrônico	468
3.4. A Cédula de Crédito Bancário como instrumento de fortalecimento da intermediação financeira	472
3.5. A Cédula de crédito bancário	475
4. Conclusão	477